



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

## ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO RIO MUCURI - CBH MU1

No dia 27 de Junho de 2024, às 09h:00min, conselheiros(a) e convidados do CBH MU1, reuniram-se de forma virtual através do aplicativo Jitsi Meeting no: <https://meet.jit.si/BigLizardsHexCrazily>. Estavam presentes os conselheiros: **Representantes do Segmento Poder Público Estadual:** Maria de Lourdes Amaral Nascimento (IGAM - titular); Antônio Marcos Pereira (IEF- titular); Luiza Amannda Rodrigues da Silva (IDENE - titular); Cláudio Celso Soares (EMATER - titular). **Representantes do Segmento Poder Público Municipal:** Grazielle Marinho de Oliveira (Município de Teófilo Otoni/MG - suplente); Camillo Caldas de Miranda (Município de Nanuque/MG - suplente); Thauanna Pereira Salomão (Município de Crisólita/MG - suplente). **Representantes do Segmento Usuários:** Aldo José Diniz (COPASA - suplente); Pedro Henrique Fernandes (FAEMG - suplente); Alberto Carvalho de Oliveira Filho (Mucuri Energética S.A. - titular) e sua suplente Bárbara de Oliveira Franco (Mucuri Energética S.A.); Erika Souza Jardim (COOLVAM - titular) e seu suplente Dhiego Leal Costa (COOLVAM). **Representantes do Segmento Sociedade Civil:** Izabel Cristina Marques (MPRTSM - titular); Wellington Gonçalves Valente (CREA - titular); Luan Brioschi Giovanelli (UFVJM - titular); José Aparecido de Oliveira Leite (IENAM - suplente) e da auxiliar administrativa do CBH, Camila de Freitas Pereira. Estiveram presentes como convidados: Túlio Bahia Alves (Gplan/Igam); João Hilário (ASSEMG); Frederico Jorge de Souza (In natura); Silvano Ferreira (CODEVASF). A reunião foi iniciada pelo vice-presidente, Alberto Carvalho de Oliveira Filho, que saudou a todos desejando bom dia e ótima reunião, e solicitou a secretária que desse continuidade, devido a falta de conexão de internet. A secretária Izabel Cristina Marques deu prosseguimento justificando a ausência da presidente, realizando o controle de frequência e verificação do quórum. A secretária abriu a reunião e cumprimentou a todos, apresentando a pauta e a ata da reunião do dia 25/04/2024 para apreciação. Destacou que, assim como os demais documentos, a mesma foi enviada ao e-mail dos demais conselheiros, de acordo com o prazo estabelecido pela regulamentação, para leitura. O conselheiro Aldo José Diniz declarou estar de acordo, e que julga não ser necessário a leitura ponto a ponto em reunião. Luan Brioschi Giovanelli solicitou a correção do Francisco Dalmo como suplente e não titular, como estava constando em ata. A conselheira Thauanna Pereira Salomão cumprimentou a todos, manifestou estar de acordo com a ata, porém destacou que algumas considerações suas, feitas em outras reuniões, não foram ressaltadas e pediu que estas sejam registradas. Izabel Cristina Marques informou que será feita uma revisão para inserção dos registros. Thauanna Pereira Salomão então destacou que enviou no *Whatsapp* da presidente do comitê, Whinne Baroni Cordeiro Magalhães. Por fim, a mesma mencionou que a partir de agora irá fazer as considerações e enviar também para o e-mail do comitê. Izabel Cristina Marques disse que julga importante, e confirmou que a inserção será realizada, mediante análise. O conselheiro Antônio Marcos Pereira pediu a fala, aprovou a ata, e fez a observação sobre a importância da representação municipal junto ao CBH. O mesmo tem notado que a representação deste segmento vem diminuindo, e finalizou destacando a necessidade de se criar um mecanismo para solucionar este problema. A secretária agradeceu a consideração, e o conselheiro Alberto Carvalho de Oliveira Filho declarou válida a observação, e sugeriu o envio de um documento solicitando a presença dos representantes dos municípios nas reuniões deste colegiado, diante da importância de uma participação mais efetiva. O Antônio Marcos esclareceu que se trata de um tema que o mesmo, como gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) do Alto do Mucuri, vem discutindo com a Promotoria de Meio Ambiente da região. Aldo José Diniz reforçou a fala do conselheiro Antônio Marcos, salientando que o mesmo se esforçou para estar na plenária, mesmo em viagem, e que percebe um descaso do segmento do poder público municipal. Wellington Gonçalves Valente sugeriu o envio de um ofício as prefeituras, que ocupam cadeira no comitê, solicitando a participação ou nomeação de outro membro representante, em caso de incompatibilidade. A secretária Izabel Marques agradeceu a consideração dos conselheiros, destacou que,

infelizmente é comum esta situação na maioria dos comitês, e que já foram tomadas medidas para minimizar o problema, e acredita que essa ação precisa ser contínua, diante do desafio que é estreitar esta relação interinstitucional e da relevância dos municípios na gestão de recursos hídricos no território. O conselheiro Camillo Caldas de Miranda da Prefeitura Municipal de Nanuque/MG, manifestou via chat sua participação na reunião. Thauanna Pereira Salomão, também representante do poder público municipal, frisou sua fala anterior. Izabel Cristina Marques sugeriu, como encaminhamento, que a ata não seja aprovada para ser feita a análise para possível inserção das considerações feitas pela conselheira. Maria de Lourdes Amaral Nascimento confirmou que não há problema algum a aprovação na próxima reunião, e Wellington Gonçalves Valente sugeriu a votação da aprovação com ressalvas ou a conselheira inserir no chat a consideração, caso não seja muito extensa, para aprovação inserção e imediata, por julga que estamos perdendo muito tempo com as discussões. O conselheiro Aldo José Diniz declarou estar de acordo. José Aparecido de Oliveira Leite sugeriu não realizar a chamada verbal de presença, para poupar tempo, e solicitou a desconsideração da fala, caso seja um requisito dos comitês. A conselheira Thauanna Pereira Salomão destacou que enviará o material para o e-mail do CBH e no chat, com a descrição de considerações suas feitas nas reuniões dos dias 29/02/2024 e 25/04/2024, sendo algo extenso a acrescentar. Maria de Lourdes Amaral Nascimento, esclareceu que a chamada verbal como é realizada é o procedimento padrão e correto, destacando que o CBH precisa encaminhar os registros ao IGAM, conforme a Deliberação Normativa (DN) nº 69, para pontuação na avaliação do colegiado, de acordo com a DN nº 67. Por fim, salientou que a discussão tão extensa da ata não era necessária, podendo esta ser aprovada posteriormente com as ressalvas. O encaminhamento foi não aprovar ata e deixar a apreciação para a próxima reunião, sendo este aprovado por unanimidade. A secretária Izabel Cristina Marques deu continuidade, apresentado a DN nº 18 de 2024 que traz alterações referentes a DN nº 02 de 2019, que estabelece a Câmara Técnica Institucional, Legal e de Planejamento (CTILP). Destaca modificação no caput e o §1º do artigo 3º que trata da composição de membros da referida CT (Câmara Técnica), a revogação do § 4º do artigo 3º e artigo 4º, bem como da revogação das Deliberações Normativas de nº 3 e nº 4 de 2019, referentes as CT's de Gestão da Informação, Educação Ambiental e Mobilização Social e da Revitalização de Microbacias, respectivamente. Na sequência foi feita a recomposição da CTILP, onde os conselheiros Antônio Marcos Pereira e Grazielle Marinho de Oliveira manifestaram interesse. O conselheiro Wellington Gonçalves Valente solicitou maiores detalhes sobre as atribuições da CT. Izabel Cristina Marques explanou sobre o artigo 2º da DN nº 02 de 2019, que descreve sobre estas atribuições com foco em planejamento, deliberações e discussões legais sobre regulamentações. Os conselheiros Wellington Gonçalves Valente, Pedro Henrique Fernandes e José Aparecido de Oliveira Leite, então, se colocaram à disposição dentro das referidas representatividades. Portanto, foram voluntariamente definidos os conselheiros Antônio Marcos Pereira (poder público estadual), Grazielle Marinho de Oliveira (poder público municipal), Wellington Gonçalves Valente (sociedade civil organizada) e Pedro Henrique Fernandes (Usuários) como titulares. E como suplentes José Aparecido de Oliveira Leite (sociedade civil organizada). Não mais havendo manifestações, e diante da ausência de outros conselheiros na plenária, foi decidido em acordo com os demais conselheiros, que a diretoria fará a mobilização para composição da CTILP com os 3 suplentes em vacância. A secretária passou a palavra ao Túlio Bahia Alves, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), que cumprimentou os presentes, se apresentou e fez uma explanação sobre o Plano de Diretor da Bacia, bem como o andamento dos trabalhos da CT de Planejamento do Mucuri (GPLAN/IGAM). No entanto, a apresentação se limitou ao plano de ações, ficando a metodologia a ser pautada em outra reunião, por justificativas apresentadas pelo convidado, com foco na divisão da bacia em unidades hidrológicas, suas características gerais e principais desafios, bem como demandas de água entre 2021 a 2041 tendo como principal uso. Além disso, foram destacadas as metas e estimativa de investimento para esgotamento sanitário por unidade e município, respectivamente, e alternativas de enquadramento de corpos de água segundo classe preponderante. Por fim, apresentou o plano das ações com os marcos temporais, contendo 69 ações em 5 componentes, as fichas de ações para acompanhamento do cumprimento das ações e o programa de investimentos diante da estimativa de arrecadações anual com a cobrança pelo uso da água na bacia. Izabel Cristina Marques agradeceu, pontuou que o conselheiro Camillo Caldas de Miranda solicitou o envio da apresentação, sugeriu que as considerações fossem realizadas após as demais apresentações e passou a palavra ao convidado Silvano Ferreira, representante da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), acompanhado do Frederico Jorge de Souza representante da IN NATURA, empresa contratada para elaboração do Projeto. Silvano Ferreira iniciou

cumprimentando a todos, justificou a apresentação, contextualizou sobre as ações da CODEVASF e apresentou a proposta de execução do diagnóstico e do Projeto de Recuperação Hidro-Ambiental em Áreas de Preservação Permanente (APP) nas Bacias Hidrográficas do São Francisco, Jequitinhonha e Mucuri (contrato, empresa contratada e produtos). Neste contexto, destacou que dentre as áreas selecionadas foram definidos 181.000 (cento e oitenta e um mil) hectares, destinados aos Afluentes Mineiros da Bacia Hidrográfica do Mucuri, frisando que motivo da explanação, a pedido da presidente, seria para definição de áreas prioritárias para as ações. Na oportunidade, o Frederico Jorge de Souza, da empresa contratada, inicialmente fez a contextualização da mesma e sobre o processo de licitação/contratação, bem como situação das atividades até então executadas, ressaltando a experiência positiva com a recepção dos gestores e engajamento das comunidades locais. Finalizou sua fala, esclareceu sobre o período de execução nas áreas da porção mineira da bacia, com previsão para dezembro do presente ano. Maria de Lourdes Amaral Nascimento comunicou que o convidado Wagner representante do IGAM que iria. O conselheiro Antônio Marcos Pereira questionou o Túlio Bahia Alves, sobre o sobre o enquadramento do Mucuri do Sul e do Norte, se seria classes 1 e especial, respectivamente. Além disso, reiterou a necessidade da sinergia entre as ações da proposta no Plano Diretor com as atividades do Projeto da CODEVASF, diante a magnitude do plano de ações. Complementou sugerindo que o projeto apresentado esteja em consonância com o PRA Produzir Sustentável, do Plano de Manejo da APA do Alto do Mucuri e Plano Estratégico de Recuperação e Restauração do Alto do Mucuri (PERF). E sugeriu que para indicação das áreas seja feita uma reunião para definição destas áreas prioritárias baseado nestes instrumentos de planejamento ambiental. Izabel Cristina Marques concordou com a sugestão do Antônio Marcos, propôs que esta análise seja feita pela CTILP após a recomposição e solicitou esclarecimentos por parte da IN NATURA de como estão planejando a articulação com os atores da bacia para escolha das áreas e execução do projeto. Frederico Jorge de Souza complementou dizendo que duas áreas prioritárias podem ser definidas, de acordo com o tamanho, e orientou sobre a importância de trabalhar em áreas de captação. Silvano Ferreira reforçou que terá um tempo para que a avaliação e indicação seja feita, e Frederico Jorge de Souza definiu aproximadamente um prazo de dois meses de antecedência para indicação das áreas, e assim iniciar as etapas prévias. Antônio Marcos Pereira perguntou se as áreas precisam ser contínuas ou podem ser distribuídas ao longo da bacia. Os representantes da CODEVASF e IN NATURA responderam que a preferência sejam áreas contínuas, mas que nada impede que não seja, caso haja necessidade. A conselheira Thauanna Pereira Salomão reiterou que é necessário definir as áreas pensando no alcance de toda bacia. A mesma reforçou o envio das suas considerações da última reunião, destacando que nessas ela questiona sobre como são realizadas as análises da qualidade e tratamento da água, o controle de outorgas de acordo com a pluviometria, como citados no planejamento do IGAM, e como é feito o levantamento diagnóstico dos efluentes importantes, como o Rio Pampã, sendo as ações do projeto apresentado, fundamentais para melhor desenvolvimento de atividades e melhoria de recarga hídrica na bacia. O professor Luan Brioschi Giovanelli salientou que como representante da UFVJM e Coordenador do Curso de Engenharia Hídrica, questionou como pode ser realizada a aproximação da instituição, em especial os discentes com as ações do projeto. Silvano Ferreira confirmou a possibilidade desta parceria, mas deixou claro que não há recursos para custeio de pesquisa e/ou atividades de ensino. Na sequência, ressaltou não ser viável a realização de ações distribuídas ao longo de toda a bacia, e para tanto as áreas devem ser indicadas, preferencialmente de forma contínua. Antônio Marcos Pereira explicou sobre a realidade do território, reforçando a importância de contemplar os três níveis da bacia (alto, médio e baixo) que possuem características diversas. O conselheiro Alberto fez uma indagação no chat, sobre a participação da Agência Nacional das Águas (ANA) neste processo, tendo em vista que o Rio Mucuri se trata de um corpo hídrico federal. Silvano então enfatizou que o contrato para a proposta apresentada, é referente apenas a porção mineira da bacia. Alberto Carvalho de Oliveira Filho então reiterou sua consideração de que o Mucuri é um Rio Federal, de acordo com a Resolução nº 40 de 2020, e diante da previsão da cobrança do uso do recurso hídrico, por isso questionou sobre o envolvimento da ANA no processo. Salientou que há muita informação pública sobre o Mucuri do Norte e do Sul, inclusive sobre dados fluviométricos, como por exemplo do Rio Pampã e Rio Todos os Santos, destacando que os usuários fazem uso desses dados, e, portanto, podem ser avaliados para indicação das áreas. Frederico Jorge de Souza ressaltou que para o projeto as áreas mais degradadas, com maior antropização, estão sendo escolhidas como prioritárias para implementação das ações. Por fim, evidenciou a fala do conselheiro Luan Brioschi Giovanelli, deixando claro que não tem objeção em trabalhar com estudantes,

porém a logística das ações requer dinamismo e tempo, mas que nada impede de ter uma conversa para alinhar a proposta de atuação da instituição de ensino junto as atividades a serem realizadas, se colocando a disposição para o diálogo. Izabel Cristina Marques agradeceu as apresentações e considerações. A conselheira Maria de Lourdes Amaral Nascimento comunicou que o Wagner, representante do IGAM, que faria a apresentação sobre cobrança não poderia estar presente, pediu desculpas e justificou. Túlio Bahia Alves respondeu ao questionamento anterior do Antônio Marcos Pereira, destacando que o enquadramento vai variar ao longo dos corpos hídricos, e que enviou os links do relatório e das deliberações do comitê e do Conselho, que aprovam o enquadramento, no chat da reunião para acesso de todos. A secretária então descreveu como encaminhamentos a indicação das áreas em reunião da CTILP, após fechamento dos membros, e sobre a apresentação do IGAM em relação a cobrança pelo uso da água na bacia, para serem pontos apresentados na reunião do dia 29 de agosto de 2024, estando todos em acordo. O Vice-presidente Alberto Carvalho de Oliveira Filho fez a proposta da próxima reunião ser feita de forma presencial, pela dificuldade de conexão. Antônio Marcos Pereira sugeriu realizar de forma híbrida para participação mais efetiva e facilitar o diálogo. Por fim, Silvano Ferreira se colocou a disposição, colocando seus contatos no chat e agradeceu a oportunidade. Nada mais a tratar, o vice-presidente, Alberto Carvalho de Oliveira Filho, agradeceu a participação de todos os conselheiros, e deu por encerrada a presente reunião, da qual, eu, Izabel Cristina Marques lavrei a presente Ata, que após lida será submetida à aprovação do Comitê. A reunião foi finalizada às 11h50min.

### **Ata da reunião aprovada em 12/12/2024**

---

**Alberto Carvalho de Oliveira Filho**

**Vice-presidente do CBH MU1**

---

**Izabel Cristina Marques**

**Secretária do CBH MU1**



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Carvalho de Oliveira Filho, Vice-Presidente (a)**, em 18/12/2024, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Cristina Marques, Secretário(a)**, em 18/12/2024, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **103972031** e o código CRC **A4C7AE2D**.

**Referência:** Processo nº 2240.01.0007561/2024-46

SEI nº 103972031